

**UMA EDUCAÇÃO FEMINISTA DECOLONIAL PARA A GARANTIA
DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA AMÉRICA
LATINA: A EXPERIÊNCIA DA REDE DE SAÚDE DAS MULHERES
LATINO-AMERICANAS E DO CARIBE**

*A DECOLONIAL FEMINIST EDUCATION TO GUARANTEE SEXUAL AND
REPRODUCTIVE RIGHTS IN LATIN AMERICA: THE EXPERIENCE OF
THE LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN WOMEN'S HEALTH
NETWORK*

Ana Laise Siqueira de Andrade¹

Emiliane de Melo Gomes²

Rislayne Vidal Freire de Moraes³

RESUMO

O presente trabalho busca compreender, por meio da atuação da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe (RSMLAC), de que maneira a pedagogia popular feminista pode ser utilizada como prática decolonial no âmbito dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR). Este estudo caracteriza-se pelo caráter descritivo realizado a partir de uma metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa. Para compreensão da temática escolhida, na primeira seção, apresenta-se a base teórica com as definições de DSDR e as noções de decolonialidade e gênero, na segunda seção, objetiva-se na descrição de iniciativas feministas de educação popular direcionadas à garantia dos direitos, e, por último, há o alinhamento entre a temática escolhida, os DSDR, e a abordagem decolonial para a análise de iniciativas, levando em conta o conceito de educação popular feminista.

Palavras-chave: Direitos Sexuais e Reprodutivos; Educação Popular; Decolonialidade.

ABSTRACT

This article seeks to understand, through the work of the Network of Latin American and Caribbean Women's Health (RSMLAC), how feminist popular pedagogy can be used as a decolonial practice in the field of sexual and reproductive rights. This study is characterized by a descriptive character, based on a qualitative bibliographic research methodology. In order to understand the chosen thematic, the first section presents the theoretical basis with definitions of Sexual and Reproductive Rights and the notions of decoloniality and gender, and, finally, there is the alignment between the chosen theme, the Sexual and Reproductive Rights, and

¹ Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA (analaise2010@gmail.com).

² Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA (emimelogomes@gmail.com).

³ Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA (rislaynemoraes@gmail.com).

the decolonial approach for the analysis of initiatives taking into account the concept of feminist popular education.

Keywords: Sexual and Reproductive Rights; Popular Education; Decoloniality.

INTRODUÇÃO

A região da América Latina foi marcada em sua história por muitas lutas e desafios, que, em conjunto, moldaram o cotidiano de cada pessoa participante do grande processo de identidade que é ser latino-americano(a). Assim, dentro desse grande escopo, limitamos nosso estudo ao campo dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, porque apesar destes direitos serem parte integrante dos Direitos Humanos de forma legítima, a garantia deles ainda é um desafio. Nosso interesse pela temática se deu, justamente, a partir da dificuldade de diálogo sobre a esfera da vida reprodutiva e a respeito do exercício da sexualidade no contexto familiar, social e político-histórico em que estamos inseridas. Percebe-se que falar sobre os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos requer enfrentar vários preconceitos e mitos, ao mesmo tempo em que a discussão evidencia a moral conservadora, o controle dos corpos e as violências cotidianas.

Como ponto-chave de nosso estudo está o movimento feminista, um movimento histórico, social e teórico que levanta questionamentos, reflexões e críticas sobre quais os espaços em que as mulheres estão e têm a possibilidade de ocupar. Adotamos a perspectiva de que o movimento feminista é composto por inúmeras diversidades, demandas e contextos, e que a partir de seu longo caminho percorrido é possível continuar enfrentando a hierarquização, que permitiu e ainda permite que os detentores das tomadas de decisão perpetuem o poder do controle sobre a autonomia e sobre os corpos. Trata-se, portanto, de um processo de empenho contínuo para a transformação.

Nós, como pesquisadoras acadêmicas, compreendemos o desafio que é construir uma pesquisa teórica decolonial, especialmente devido aos limites impostos pela área acadêmica que ainda carrega uma moral conservadora. Levando isso em conta, buscamos ir contra as limitações encontradas vindas de uma lógica positivista que, por muito tempo, não trouxe espaço para subjetividades da existência humana.

Dessa forma, nossa pesquisa teve como objetivo geral compreender, por meio da atuação no campo das Organizações da Sociedade Civil (OSC), especificamente da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe (RSMLAC), de que maneira a pedagogia popular feminista pode ser utilizada como prática decolonial no âmbito dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR), priorizando perspectivas de pensadoras latino-americanas.

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, a partir de uma pesquisa qualitativa, sobre práticas pedagógicas feministas para os DSDR, que foi realizado por meio de estudo de caso, com foco na experiência da RSMLAC. Assim, procuramos demonstrar, de que forma a Rede atua em relação aos DSDR, a partir de pedagogia popular e com um olhar amplo acerca das dificuldades enfrentadas na região, em diálogo com as iniciativas que são o nosso objeto de estudo, deste modo, proporcionando novas perspectivas à garantia de direitos. Ademais, este estudo concentra seus esforços na atuação de sujeitos da sociedade civil organizada, reflexos de resistência e transformação.

A nossa pesquisa está organizada por meio da discussão acerca da relação existente entre as desigualdades de gênero, a colonialidade e a não garantia dos DSDR na América Latina. Em seguida, foi feita uma descrição de iniciativas feministas de educação popular na RSMLAC e de elementos da prática decolonial na pedagogia feminista voltada aos DSDR também na Rede, a partir dos conceitos trazidos no primeiro capítulo.

Na primeira seção, está o arcabouço teórico que consideramos necessário para o olhar pretendido neste trabalho. Nossa base conceitual é composta pela definição de Direitos Sexuais e de Direitos Reprodutivos, a amplitude deste campo e sua conexão com o âmbito educacional. Apresentamos, também, as noções de decolonialidade e gênero⁴ que são primordiais para a análise, fundamentadas principalmente nas contribuições de María Lugones e Aníbal Quijano. Nesse sentido, foram consideradas as concepções de colonialidade do ser e do saber como categorias centrais para refletir sobre as construções de gênero.

⁴ Neste estudo tratamos o conceito de gênero como uma construção social, a qual é formada por diversas variáveis como papel social, cultura, ideologia, identidade e comportamento.

Já na segunda seção, nosso objetivo foi a descrição de iniciativas feministas de educação popular direcionadas à garantia dos DSDR. Foi possível trazer elementos da pedagogia feminista popular, traçar a trajetória da RSMLAC desde meados dos anos de 1980 até os dias atuais, e apresentar a atuação da Rede na área dos DSDR, principalmente no que diz respeito às iniciativas de geração de conhecimentos.

Por fim, a terceira seção se deu pelo alinhamento entre a nossa temática, os DSDR, e a abordagem decolonial para a análise de iniciativas como a Universidade Itinerante e a Escola Feminista, levando em conta o conceito de educação popular feminista trazido pela autora Claudia Korol (2007). Contudo, não foram encontradas mais informações sobre como a iniciativa da Escola Feminista aplica, de fato, a prática de troca de experiências, pois o acesso é restrito às organizações participantes do projeto, bem como, não houve a divulgação das participantes através de recortes por idade, raça e sexualidade.

Deste modo, é disposta a contribuição de cada autora deste trabalho na exposição de como os elementos teóricos descritos anteriormente se conectaram com as práticas apresentadas da Rede, indicando e reafirmando assim, o compromisso das mulheres atuantes da organização com a transformação do cenário de injustiças e vulnerabilidade social na América Latina.

DIREITOS SEXUAIS, DIREITOS REPRODUTIVOS, RELAÇÕES DE GÊNERO E DECOLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA

DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

O movimento feminista da América Latina na contemporaneidade vem trazendo avanços no âmbito dos Direitos Humanos, entre os quais é possível identificar a agenda dos DSDR como uma área que ainda enfrenta muitos desafios na conscientização sobre sua importância e implementação nessa região. Dessa forma, convém a necessidade de abordar essas dimensões como aspectos de justiça na vida em coletividade (Ávila, 2003).

Ao falar sobre DSDR é importante destacar a amplitude deste campo, composto por um universo temático complexo que inclui o poder de tomada de decisões com base em

informações seguras sobre fecundidade, gravidez, atividade sexual e recursos necessários para que decisões sejam realizadas de forma segura (Corrêa, 1996), ao passo que se pode entender tais direitos como a garantia da vida livre de violências no campo da sexualidade e da reprodução, respectivamente.

Sônia Corrêa, ativista feminista brasileira, referência na literatura nacional e internacional sobre o tema dos DSDR, aponta essa área como um instrumento capaz de direcionar e contribuir para a coletividade (Corrêa, 1996). Certificar que tais direitos sejam efetivados envolve vários fatores por conta da correlação existente entre eles, visto que a depender do ordenamento jurídico de cada localidade o quadro completo não é considerado. Como, por exemplo, garantir a descriminalização do aborto em um projeto de lei não garante necessariamente o acesso a uma saúde ginecológica adequada para a mesma população. Sair da reivindicação por direitos através de demandas individualistas é um aspecto importante trazido pelo movimento feminista e pensado pelas epistemologias do Sul.

Os DSDR foram debatidos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), organização que faz parte do espaço *mainstream* das Relações Internacionais, a partir da realização das Conferências do Cairo, em 1994, e de Beijing, em 1995, marcos na história dos direitos que tratam das relações de gênero. Essas foram as primeiras conferências a institucionalizar e dar início à legitimação dessas garantias como direitos na esfera internacional.

A educadora Maria Betânia Ávila, do SOS Corpo – instituto feminista para a democracia – aponta para a importância do movimento feminista pela forma como este levantou questionamentos junto de novas ideias que serviram de base para a elaboração somada à incrementação dos DSDR nas agendas políticas de contextos nacionais e internacionais (Ávila 2003).

Em concordância com a autora, partimos do pensamento de que é necessário encarar a sexualidade e reprodução como direitos democráticos, a partir da percepção igualitária e libertária, uma vez que:

Os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Os direitos sexuais dizem respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade. O que significa tratar sexualidade e reprodução como

dimensões da cidadania e conseqüentemente da vida democrática (Ávila, 2003: 466).

Ou seja, os Direitos Reprodutivos envolvem a tomada de decisões de forma livre no que diz respeito à reprodução, como o desejo de ter filhos ou não. E, os Direitos Sexuais abrangem a expressão da sexualidade sem qualquer forma de discriminação, imposição ou violência, como viver a sexualidade associada à qualidade de vida, sem medo ou culpa.

O campo dos DSDR tem a necessidade de um alinhamento com os pilares educacionais uma vez que estes possuem um papel fundamental na formação coletiva das sociedades. A importância dessa conexão das duas áreas se dá na realidade de que em muitos espaços da atualidade ainda são presentes atitudes, e legislações, que reprimem a discussão da sexualidade e do seu exercício.

Essas normas sociais podem perpetuar construções prejudiciais como a desigualdade de gênero dentro dos relacionamentos no corpo social, o planejamento familiar e os riscos com ISTs, por exemplo (UNESCO, 2019), que acarretam a dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos e permanência da ilegalidade do aborto, ainda que seja uma questão de saúde pública.

Com o passar do tempo, as Agendas Globais ampliaram cada vez mais suas áreas temáticas e os atores participantes, dessa forma, a educação e os DSDR passaram a serem pensados de modo complementar nos espaços de diálogo e de tomadas de decisões. O compromisso para levar as singularidades no que concerne os DSDR às particularidades do âmbito educacional foi assumido na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo, a partir desse momento, com um melhor enfoque nos direitos humanos a partir do gênero, se buscou um avanço na inclusão da educação sexual nos ambientes de sala de aula. É possível observar tal constatação no momento em que as instituições UNESCO, agência especializada das Nações Unidas, junto com a UNICEF, UNAIDS, UNFPA e ONU Mulheres tiveram o empenho em produzir o guia “Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade” reconhecendo o papel essencial da educação integral em sexualidade para uma vida segura, produtiva e plena (UNESCO, 2019).

Esse documento desenvolvido principalmente para autoridades de educação, apresenta a noção da Educação Integral em Sexualidade (EIS) como um instrumento produzindo um processo educativo contínuo sobre o exercício saudável e responsável da sexualidade como um direito humano essencial voltado à equidade de gênero, ao respeito às diversidades e no conhecimento de informações e conceitos corretos. É nesse momento que é apresentado técnicas sólidas sobre as características de programas efetivos na área, focando, também, em tópicos e objetivos de aprendizado sensibilizados com a diferença etária dos variados grupos nas escolas para a temática de sexualidade para crianças e jovens entre 5 a 18 anos de idade (UNESCO, 2019).

Nesse meio, instituições como a organização Reprolatina⁵, por exemplo, adaptaram e ampliaram tais contribuições com a produção de outros guias e iniciativas voltadas à abrangência dessa agenda às realidades locais de acordo com as necessidades de cada região. Em uma apresentação da metodologia educativa, se traz a necessidade de aspectos como: inclusão da família no processo de educação, adaptação de conteúdos ajustados em idade e qualificação de funcionários em uma equipe de apoio (Ribeiro, 2020).

DECOLONIALIDADE E GÊNERO

As abordagens decoloniais questionam estruturas que permanecem enraizadas nos padrões de poder proveniente do colonialismo. Partindo da produção de estudos teóricos decoloniais, dentro do campo das Relações Internacionais, é possível considerar que a decolonialidade é uma forma de romper com hierarquias e opressões que se perpetuam ao longo do tempo para além das estruturas histórico-jurídicas da relação colônia e metrópole.

A América Latina foi construída sistematicamente sobre um leque de desigualdades, entre elas as desigualdades de gênero. Ao estudar a América Latina a partir da perspectiva decolonial, é importante ir além do Estadocentrismo que define o campo da política internacional a partir da ficção da soberania nacional e das fronteiras territoriais do Estado-nação, construção central da Modernidade e da Colonialidade (Mignolo, 2007; Quijano,

⁵ A Reprolatina é uma organização sem fins lucrativos, fundada no ano de 1999, que atua no âmbito da Saúde Sexual e Reprodutiva através da Educação Integral em Sexualidade. Localizada em Campinas, São Paulo, a organização desenvolve ações de inovação com o objetivo de melhoria qualitativa de saúde sexual e reprodutiva (Ribeiro, 2020).

2005; Lander, 2005). Considera-se, portanto, o interesse manifesto da abordagem decolonial de romper com as limitações de uma perspectiva eurocêntrica voltada exclusivamente ao estudo de atores internacionais que se identificam a partir de delimitações Estatais.

A delimitação de atores que se organizam a partir da identidade latino-americana e das suas urgências ocorre pela dimensão social e cultural exercida pela América Latina como expressão da colonialidade, em função das narrativas históricas comuns, marcadas pelas relações de poder permeadas pelo colonialismo. Dessa forma, são inúmeros os atores políticos, particularmente no campo da sociedade civil, que atuam com base na identificação regional (Mignolo, 2007; Quijano, 2005; Lander, 2005).

Pensar a partir de uma abordagem decolonial é movimentar-se contra as regras de poder enraizadas em um sistema de dominação, que favorece a manutenção do controle epistemológico eurocêntrico. É também viabilizar iniciativas que atuam a partir de demandas urgentes da região latino-americana. Apoiado nisso e para o desenvolvimento da nossa pesquisa, buscamos entender como se dá o processo de decolonização do conceito de gênero através de perspectivas de pensadoras latino-americanas, pois, para pensar nas amarras coloniais que permanecem, é preciso considerar as questões de gênero a fim de alcançar uma amplitude que facilite o entendimento do funcionamento político-social latino-americano, sobretudo no que diz respeito à área dos DSDR.

Nesse sentido, reforçamos que compreender a relação entre gênero e colonialidade é fundamental ao entendimento acerca do funcionamento político-social da América Latina. Participando dos debates dentro desse campo, María Lugones, filósofa feminista argentina de destaque em estudos latino-americanos, questionará o sistema de gênero imposto buscando discutir o imperativo colonial em sua profundidade. Partindo do conceito de colonialidade do poder proposto por Aníbal Quijano (2005), o qual aborda a competição pelo controle de todas as esferas sociais, Lugones contribui trazendo um elemento central advindo das elaborações teóricas do feminismo negro, a noção de interseccionalidade (Lugones, 2008), que contribui ao entendimento de que a separação entre gênero e raça traz uma invisibilidade das formas de expressão das desigualdades:

A denominação categorial constrói o que nomeia. Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias raça e gênero, porque as categorias invisibilizam

aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispanica”, “asiatica”, “nativo-americana”, “chicana” [...] (Lugones, 2008: 66-67).

Dessa forma, observa-se que as dicotomias categóricas impedem o reconhecimento da complexidade identitária social reforçando um sistema vertical de imposições, resquício do colonialismo. Essas categorias se constituem sob uma ficção que perpetua o sistema moderno e reforça a multidimensionalidade da opressão, tal como Lugones salienta quando afirma que “a invenção de “raça” reorganiza as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação” (Lugones, 2008), pois nosso sistema econômico, político e social é estruturado em raça e gênero.

Paralelo a este desenvolvimento, é demonstrado como essas categorias são reflexo histórico da colonização europeia. Ao se distanciar da superficialidade, é necessário perceber como a opressão nesse espaço possui muitas dimensões ao ter imposto papéis e limites às pessoas ao mesmo tempo em que atravessou cada parte da vida coletiva. Isso significa que “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade” (Lugones, 2008). Ainda dentro desse pensamento, ao entender o sistema de gênero dentro dos parâmetros coloniais construídos na modernidade, é possível trazer um olhar histórico mais abrangente para o alcance nocivo dessa estrutura. Precisa-se buscar a ocupação de espaços e a mudança de narrativas que, até então, estavam nas mãos de grupos que atendiam aos interesses externos, ou de classes dominantes que sempre estiveram distantes da realidade local de grupos marginalizados e esquecidos.

A correlação entre a decolonialidade e os movimentos feministas do Sul Global apresenta-se por meio da compreensão de que o colonialismo empregado interfere na divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, na hierarquização étnico-racial das populações e na formação dos Estados-nação, sendo uma realidade que não foi transformada, mas marcada como “uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global” (Curiel, 2008). Dentro dos questionamentos da modernidade, o conceito de colonialidade do saber, que dialoga diretamente com a noção de colonialidade do poder apresentada, irá trazer um legado epistemológico dentro das amarras eurocênicas que impedem uma compreensão de mundo a partir das próprias vivências (Lander, 2005).

Tendo em vista esses aspectos, a educação pensada como direcionamento de múltipla aplicabilidade, construída de forma dialógica com diversas alternativas metodológicas, e não como modelo definido, é uma possibilidade de transformação efetiva e emancipadora dentro da esfera do entendimento do mundo. Diante de diferentes realidades, a educação pensada por uma perspectiva popular e feminista tem sido demonstrada em experiências, resgate de saberes e vivências, como prática de liberdade e recuperação da luta emancipatória, capazes de romper as relações de poder desiguais, para além das chamadas fronteiras nacionais (Rinaldi, 2019).

Dessa forma, propusemos observar o funcionamento de espaços que são voltados para a criação, compartilhamento de experiências e desenvolvimento do trabalho educacional popular feminista como prática decolonial voltada à promoção dos DSDR.

INICIATIVAS FEMINISTAS DE EDUCAÇÃO POPULAR VOLTADAS À PROMOÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

A pedagogia feminista popular é uma prática coletiva emancipatória e um caminho para a transformação social. A autora Claudia Korol (2007) propõe compreender a pedagogia feminista como uma elaboração coletiva de ferramentas e caminhos que se direcionam à construção de relações sociais emancipatórias. Ao apresentar algumas das características do que vem a ser uma pedagogia popular, ela afirma:

Es una pedagogía feminista que se vuelve inconveniente, que provoca al feminismo, lo cuestiona en sus teorías y sus prácticas, [...] porque hace de la crítica y de la autocrítica un método fundamental; porque sabe que las preguntas abren más caminos que las respuestas y porque no teme al vacío que pueda crear una pregunta sin respuesta porque, tal vez, en ese espacio puedan multiplicarse nuevos ensayos sociales y culturales que no reproduzcan o, incluso, que desafíen las reglas del poder (Korol, 2007: 18).⁶

Em outros termos, isto significa que a pedagogia popular é também pelo movimento feminista, com potencial de gerar transformação no que se refere aos resquícios de desigualdades estruturais. Assim, ao analisar experiências da educação popular feminista,

⁶ É uma pedagogia feminista que se torna inconveniente, que provoca o feminismo, que o questiona nas suas teorias e práticas, [...] porque faz da crítica e da autocrítica um método fundamental; porque sabe que as perguntas abrem mais caminhos do que as respostas e porque não tem medo do vazio que uma pergunta sem resposta pode criar porque, talvez, nesse espaço se possam multiplicar novas provas sociais e culturais que não reproduzem ou mesmo desafiam as regras do poder (Korol, 2007: 18, tradução nossa).

que consideram a interseccionalidade de dimensões como gênero, raça, sexualidade e geração, observa-se a contraposição proposta aos padrões estabelecidos pela colonialidade do poder e do saber.

O conceito de pedagogias decoloniais é entendido como ferramentas de provocação da educação tradicional e de desafio às regras do poder (ROSA, 2019). Como explica Korol (2007: 17), “*la propuesta de 'pedagogía popular feminista' actúa no como un límite, sino como una apertura*”⁷, o que passa pelo reconhecimento e valorização de epistemologias do Sul voltadas para questões de gênero.

A partir disso, no próximo tópico apresentaremos a experiência da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe e como se dá sua atuação na área dos DSDR na região. Em seguida, analisaremos como as iniciativas propostas pela Rede promovem o acesso a conhecimento sobre os DSDR e a reforçam a luta pela garantia desses direitos na América Latina e no Caribe.

A REDE DE SAÚDE DAS MULHERES LATINO-AMERICANAS E DO CARIBE

A Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe (RSMLAC) é uma rede composta por grupos de mulheres, organizações da sociedade civil e redes aliadas, que surgiu no ano de 1984 a partir do Primeiro Encontro Regional de Saúde das Mulheres realizado em Tenza, Colômbia. Sua criação é resultado de um contexto histórico marcado pelo fim de governos autoritários, pela busca do fortalecimento das instituições democráticas na região da América Latina e Caribe e, também, fruto de uma conjuntura de Conferências Internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que foram responsáveis por colocar em destaque temas relacionados aos direitos humanos e desenvolvimento do meio ambiente, tendo interesse não só pelos acontecimentos contemporâneos à época, mas também com as gerações futuras (RSMLAC, 2016).

Em um intervalo de dez anos, ocorreram três Conferências Mundiais sobre a Mulher promovidas pelas Nações Unidas. A primeira conferência, realizada na Cidade do México

⁷ A proposta de “pedagogia popular feminista” atua não como um limite, mas como uma abertura (Korol, 2007: 17, tradução nossa).

em 1975, foi centrada pelo tema Igualdade, Desenvolvimento e Paz com os objetivos de eliminar a discriminação, incluir as mulheres no desenvolvimento e ampliar a participação das mulheres em termos de política e cooperação internacional. A segunda, se deu em Copenhague, no ano de 1980, com o tema Educação, Emprego e Saúde, trazendo como principal eixo a igualdade no que se refere ao acesso à educação, oportunidades no trabalho e atenção à saúde das mulheres ao passo que contou com maior pressão da sociedade civil visto que poucas metas foram alcançadas (ONU MULHERES, 2013). Em seguida, ocorreu em Nairóbi, no ano de 1985, a terceira conferência que se baseou em “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”. A III Conferência Mundial sobre a Mulher foi um espaço de avaliação sobre as metas firmadas na primeira conferência e os subsequentes acordos de Copenhague. Essas Conferências são importantes por possibilitarem a discussão no que diz respeito a desigualdade social e de gênero ao passo que serviram de espaço para consolidação de redes e organizações de mulheres (Quisbert, 2018).

Tal como as Conferências Internacionais realizadas pela ONU, os Encontros Internacionais de Mulheres e Saúde (EIMS), organizados pelo próprio movimento feminista, também perpassam os antecedentes da consolidação da RSMLAC como instituição. Entre 1977 e 1984, aconteceram os quatro primeiros Encontros, e é durante o 4º EIMS, no ano de 1984, em Amsterdã, Holanda, que surgem duas propostas de redes focadas em politizar a saúde da mulher a partir de uma perspectiva feminista: a Rede Mundial de Direitos Reprodutivos (WGNRR, sigla em inglês) e a própria RSMLAC (Quisbert, 2018).

Ainda durante a década de 1980, aconteceram os quatro primeiros Encontros Feministas Latino-americanos e Caribenhos (EFLAC), levados a cabo pelo movimento feminista regional. Durante o III EFLAC, realizado em 1985 na cidade de Bertioga em São Paulo, Brasil, a RSMLAC, organizou pela primeira vez, ainda em seu primeiro ano de existência, um espaço para debater questões relacionadas à saúde das mulheres latino-americanas. Desde então, a Rede se preocupa em garantir espaço nos diversos encontros que acontecerão nos próximos anos e fortalece uma atuação concreta nesse campo. Em outubro de 1991, na cidade de Santiago no Chile, acontece a primeira reunião oficial da Rede, trazendo pela primeira vez um vínculo conceitual entre os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos. Nesta significativa reunião, ocorreu a reinterpretação da saúde sexual e reprodutiva a partir

de uma estrutura de direitos, os termos direitos sexuais e reprodutivos nos discursos foram articulados de forma conexas, apresentada a partir das colocações de Elvira Lutz⁸ que reforçou a necessidade de tornar ambos os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos inalienáveis (Quisbert, 2018).

O panorama de oportunidades assegurado pelos eventos regionais e internacionais mencionados contribuiu fortemente para impulsionar a ação coletiva e para indagar a situação do campo de saúde da mulher. Dessa forma, a RSMLAC, como uma ação coletiva transnacional caracterizada pela sua forte presença na região da América Latina, buscou avanços através de uma agenda de atuação voltada aos direitos humanos, especialmente no que diz respeito às pautas feministas (Quisbert, 2018).

No intuito de reafirmar seu compromisso de luta, a RSMLAC, problematizou a realidade da saúde das mulheres, da sexualidade e do corpo – marcada por opressões e desigualdades –, a partir de uma ótica voltada para autonomia, liberdade e saberes. Quisbert⁹ (2018) destaca que a Rede tem um forte papel de atuação de forma contínua, desde sua criação, e de fortalecimento do movimento feminista na região latino-americana e caribenha, contribuindo também para o aumento das oportunidades e uso de ações estratégicas políticas, de forma evidencial, por parte do movimento (Quisbert, 2018). Com intensos esforços pelo somatório de forças, a Rede tem suas atividades formando diversas alianças com organizações e instituições na localidade que compartilham dos mesmos interesses no desenvolvimento voltado para a inserção de novas dimensões na garantia de direitos com conceitos dentro da cidadania e autonomia, relacionando também âmbitos como interculturalidade e governança institucional, proporcionando deste modo, uma ampliação nas linhas de atuação da RSMLAC na região.

As alianças da Rede contam com o *Fondo de Acción Urgente - LAC*, a *Red Mundial de Mujeres por los Derecho Reproductivos*, o *Consortio Latinoamericano contra el aborto*

⁸ Elvira Lutz é uruguaia, parteira, educadora sexual, ativista feminista e professora universitária. Ela participou do primeiro Conselho Consultivo da Rede de Saúde da Mulher da América Latina e Caribe (RSMLAC) entre 1991 e 1994 (Quisbert, 2018).

⁹ María del Carmen Quisbert Vaca é boliviana, Socióloga Feminista, trabalha nas áreas de gênero, Direitos Sexuais e Reprodutivos, diversidade e diálogo intercultural. A autora foi coordenadora regional de programas da RSMLAC de 2014 a 2017.

inseguro, o *Comité de América Latina y el Caribe para la defensa de los derechos de la mujer* e o *Consortio Latinoamericano de Anticoncepción de Emergencia*¹⁰. Em suas atividades, essa participação da Rede com múltiplas alianças propicia diálogos com diversos atores, como instituições e movimentos de saúde da mulher, assim como órgãos do sistema das Nações Unidas, além de agências de cooperação internacional e organizações da sociedade civil. Assim como, na ampliação de ferramentas para monitoramento de acordos internacionais em níveis locais e globais materializando o propósito de garantia de direitos das mulheres.

A CONTRIBUIÇÃO DA RSMLAC PARA O CAMPO DOS DSDR

Quando a RSMLAC foi criada, o seu principal foco de atuação era de caráter informativo. Os primeiros recursos produzidos tinham como base a política de informação com o propósito de ser conexão entre diversos grupos e organizações de mulheres. Por meio de boletins informativos, e, posteriormente, através do que veio a ser a *Revista Mujer Salud*, a Rede passou a ser reconhecida pela qualidade de suas campanhas e informações divulgadas, resultando na contribuição da construção social de uma coletividade. A partir dessa ampliação de alcance, houve uma mudança na estrutura institucional e nos seus eixos de atuação. Suas práticas se voltaram para a incidência política e com um foco maior na defesa dos DSDR das mulheres (Quisbert, 2018).

A mudança na estrutura de atuação fez com que, hoje, a Rede conte com o apoio de duas principais iniciativas: o *Fondo de Acción Urgente - América Latina y el Caribe* (FAU-AL) e o *Mira que te Miro*, que fornecem suporte técnico e financeiro através de cooperações internacionais. Criado em 2009, na Colômbia, o FAU-AL é um fundo feminista regional, que busca fortalecer e contribuir para a sustentabilidade de movimentos ativistas em prol da mudança dos sistemas de injustiça e desigualdade. Pautada no cuidado e proteção feminista, a organização tem uma atuação sistematizada nos eixos de apoio à resposta rápida, ativismo sustentável e mulheres e territórios (FAU-AL, 2022).

¹⁰ Fundo de Ação Urgente da América Latina e Caribe, Rede Mundial de Mulheres por Direitos Reprodutivos, Consórcio Latinoamericano contra o aborto inseguro, Comitê Latino-americano e Caribenho para a defesa dos direitos da mulher e Consórcio Latino-americano de Anticoncepção de Emergência (tradução nossa).

Já o *Mira que te Miro*, iniciativa na qual a Rede faz parte do comitê dirigente, é um observatório resultado da ação de organizações da sociedade civil para facilitar o acesso a informações transparentes e seguras, sendo responsável por monitorar, analisar e comparar a situação dos compromissos em saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos assumidos durante o Consenso de Montevideu¹¹, em 2013, para o cumprimento do Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, 1994 (MIRO, 2022).

O *Mira que te Miro* utiliza indicadores e dados dos países da América Latina e Caribe que relacionam as categorias de análise e os elementos temáticos adotados. As categorias analíticas são: legislação nacional e regional; política e estratégias; programas e informações estatísticas. Já os elementos temáticos caracterizam-se como: direitos humanos e laicidade; educação abrangente em sexualidade; acesso universal à saúde sexual e reprodutiva; e prestação de contas, respectivamente (conforme pode ser ilustrado na Figura 1) (MIRO, 2022).

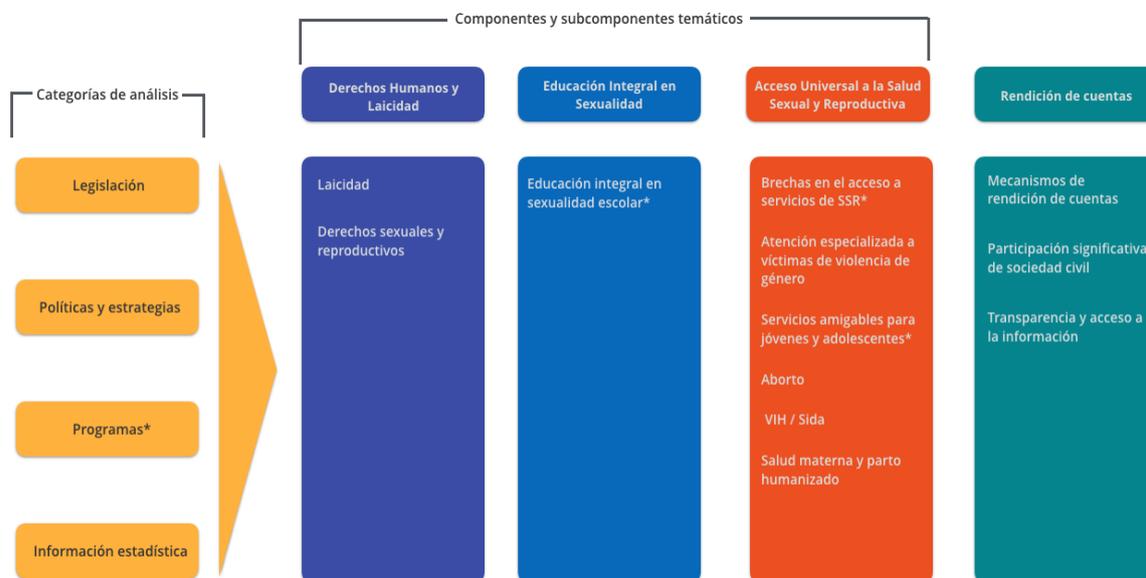
O *Mira que te Miro*, é uma iniciativa estabelecida em um site e possui uma plataforma de consulta gratuita online, o qual viabiliza a definição dos conceitos observados, permite a pesquisa por regiões ou por países específicos, propicia a comparação entre temas, países e perguntas facilitadoras acerca dos temas trabalhados, além de fornecer, também por meio de relatórios, a verificação dos componentes e subcomponentes temáticos desde o ano de 2017 até 2022 (MIRO, 2022). Deste modo, observa-se que na amplitude do campo dos DSDR, há uma possibilidade de verificação múltipla dos avanços realizados nos países da América Latina diante de diversos eixos.

Outro campo de atuação da Rede, é a realização de campanhas direcionadas aos dias: 8 de março, Dia Internacional dos Direitos da Mulher; 28 de maio, Dia Internacional de Ação pela Saúde Integral da Mulher; 28 de setembro, Dia da Descriminalização do Aborto; e, 25 de novembro, Dia pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. A RSMLAC e organizações filiadas puderam utilizar este espaço transnacional para tornar questões

¹¹ O Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento é um documento que reforça a implementação dos assuntos de população e desenvolvimento para além de 2014 (...) e inclui mais de 120 medidas sobre oito temas identificados como prioritários para dar seguimento ao Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) das Nações Unidas, realizada no Cairo em 1994 (UNFPA, 2022).

relacionadas com a saúde e os direitos das mulheres visíveis, gerar debates, fomentar a captação de recursos, atrair a opinião pública e influenciar a esfera governamental (RSMLAC, s.d.).

Figura 1. Infográfico explicativo de categorías de análisis, componentes e subcomponentes temáticos utilizados pelo *Mira que te Miro*



*Inclusión de preguntas sobre asignación presupuestaria para componentes de SSyR.

Fonte: *Mira que te Miro*, 2022.

A exemplo de uma incidência política direta sobre o reconhecimento da agenda política dos DSDR, o dia 28 de maio é comemorado desde 1987, quando a RSMLAC sugeriu estabelecer essa data em comemoração pelo Dia de Ação pela Saúde da Mulher durante a Conferência Internacional sobre a Saúde da Mulher na Costa Rica. Desde então, a RSMLAC formou parceria com a Rede Global para os Direitos Reprodutivos, o que tornou possível a produção de argumentos, materiais e a disponibilização de recursos financeiros para apoiar os custos de comunicação e publicação (Quisbert, 2018).

É possível observar a adoção de estratégias diversificadas pela RSMLAC no que se refere a sua atuação voltada à América Latina. Institucionalmente, a RSMLAC concretiza seus programas e objetivos por meio de cinco linhas estratégicas, que são: dinamização do movimento social e feminista; rotas para a incidência multinível; comunicação estratégica

para a incidência; fortalecimento institucional e programático; e geração de conhecimento, a qual sua função é facilitar o entendimento do impacto global que a organização tem em mente.

É de extrema importância identificar a geração de conhecimentos como linha estratégica da Rede, pois adotamos que é por meio da educação que é possível uma transformação histórica-social emancipatória. No cenário de atuação, a implementação da linha estratégica de geração de conhecimentos é aplicada de acordo com cada programa da RSMLAC, que estão a seguir:

- 1) Corpos autônomos, corpos livres;
- 2) Cidadanias livres;
- 3) Corpos e incidências na América Latina e Caribe;
- 4) Justiça em saúde, saúde sexual e saúde reprodutiva;
- 5) Jovens construindo o mundo que desejamos.

A partir de cada programa, a geração de conhecimentos pode ser vista de modo que no programa Corpos autônomos, corpos livres ocorre a promoção de debates no que diz respeito ao direito ao aborto, à livre escolha da maternidade e o direito de decidir, ao passo que impulsiona os espaços de formação, qualificação e conceituação sobre as discussões pautadas ao longo dos anos na região latino-americana sobre questões da agenda de saúde integral da mulher, aborto e DSDR. Já em Cidadanias livres há a consolidação de um processo de formação virtual e presencial para as organizações que compõem a Rede por meio da Escola de Formação Política que integra, entre outros, temas como secularismo, Estado laico, liberdade de culto e expressão da fé por uma abordagem feminista e de direitos humanos das mulheres, além de promover a troca de experiências (RSMLAC, 2021).

Em seguida, o programa Corpos e incidências na América Latina e Caribe reconhece o trabalho de ativistas que contribuíram ao longo do tempo para avançar no propósito de saúde e DSDR, bem como promove a construção e o fortalecimento processos pela ótica da coletividade de autocuidado e autoproteção, que permitam condições emocionais, físicas e psíquicas para as defensoras dos direitos humanos das mulheres. De forma mais nítida a questão educacional aparece no programa Justiça em saúde, saúde sexual e saúde reprodutiva, no qual a RSMLAC se concentra em uma narrativa feminista por meio da

elaboração de conteúdo para a formação e interlocução sobre as agendas de incidência multinível. O quinto programa, Jovens construindo o mundo que desejamos, fundamenta-se na participação dos jovens, especialmente das mulheres, de modo a reconhecer a contribuição da juventude para o movimento feminista, e ao mesmo tempo contribuir com formações conceituais com o objetivo de aumentar a inclusão significativa de jovens mulheres no movimento e em suas organizações (RSMLAC, 2021).

Além dos programas estabelecidos, uma das experiências da RSMLAC é a Universidade Itinerante, colocada em ação desde o ano de 1998 com o objetivo de fomentar um novo repertório de ação transnacional, por meio de espaços de diálogos e formação política para as mulheres dos países latino-americanos. Construída devido a demandas e propostas das próprias mulheres, a proposta da Universidade Itinerante fundamentou-se por um comitê docente composto pelas profissionais das áreas de ciências sociais e saúde, membros da RSMLAC (Vivaldi, 2003). Para Sandra Castañeda, atual coordenadora geral da RSMLAC, a Universidade Itinerante é reconhecida através de três aspectos: a formação política e o diálogo de saberes; o fornecimento de capacitação de mulheres; e, uma possibilidade de projeção política (Quisbert, 2018).

Quisbert (2018) aponta que a Universidade Itinerante é uma proposta educativa que busca fortalecer potenciais lideranças de mulheres no âmbito da saúde. Tem como alvo mulheres integrantes de movimentos, grupos sociais ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs), mulheres prestadoras de serviços públicos de saúde e integrantes de grêmios, universidades e municípios que lutam pela saúde das mulheres.

O programa de formação proposto pela Universidade Itinerante tem como conteúdo central Gênero, Globalização e Reforma da Saúde. Essa temática se desdobra em outros seis temas - sendo eles: 1) Sexualidade, corpo e direitos sexuais e reprodutivos; 2) Gênero, trabalho e Meio Ambiente; 3) Bioética e gênero; 4) Qualidade de atenção na saúde das mulheres; 5) Violência contra as mulheres e 6) A saúde de mulheres idosas -, entendidos pela RSMLAC como indispensáveis na compreensão do problema das desigualdades de gênero na saúde e fundamentais para a criação de propostas políticas favoráveis à saúde integral das mulheres, incluindo seus direitos e cidadania (Vivaldi, 2003).

A articulação entre os módulos propostos e o compromisso em levar o conteúdo às localidades fora do centro das cidades, gerou a formação de pessoas ligadas ao eixo da saúde, pelas parteiras ou médicas, por exemplo, como também teve em sua composição participantes ligadas às ciências sociais, principalmente no eixo da educação. Quase a totalidade das participantes se encontravam em posições de responsabilidade com um poder de decisão nacional, regional ou municipal, em cada uma das ONGs que cada pessoa fazia parte (Vivaldi, 2003).

Outro projeto da RSMLAC voltado à promoção da educação no âmbito dos DSDR é a Escola Feminista, que tem sua base na estratégia de Universidade Itinerante usada anteriormente pela instituição. A Escola Feminista é uma plataforma online interativa, que conta com cursos e busca qualificar e expandir conhecimentos “da pedagogia feminista como instrumento político para fortalecer e unir o movimento pela saúde e pelos DSDR na região latino-americana e caribenha” (RSMLAC, 2021).

No ano de 2021, conforme o boletim informativo da Rede divulgado em setembro de 2022, participaram da Escola Feminista mais de 600 mulheres de 21 países (RSMLAC, 2022). Para a RSMLAC, trata-se de um espaço interseccional, integracional e intersetorial, que procura facilitar e reforçar reflexões sobre todas as questões de interesse do feminismo latino-americano e fortalecer a melhoria na argumentação em defesa da garantia e aplicabilidade dos DSDR.

Após levantamento e entendimento acerca do funcionamento dos programas e iniciativas da RSMLAC, nós buscamos na seção seguinte identificar elementos de decolonialidade alinhados a pedagogia popular feminista na prática da Rede em prol dos DSDR.

ELEMENTOS DECOLONIAIS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DA RSMLAC NA DEFESA DOS DSDR

A RSMLAC, tendo nascido em um contexto marcado pelo fim dos governos autoritários, tem em sua concepção uma história de luta e transformação social ao buscar que as mulheres estejam nos espaços de tomadas de decisão relacionadas aos DSDR na América Latina e no Caribe. O debate que a Rede realiza com questões voltadas à saúde da mulher a partir de

uma perspectiva feminista se conecta ao nosso objetivo de pesquisa no que diz respeito ao reconhecimento das contribuições do movimento de mulheres na conjuntura latino-americana e por ser uma rede transnacional que surgiu a partir das lutas destas mulheres em suas diversidades.

Cabe mencionar que na conjuntura latino-americana atual, os movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres e o movimento negro, ainda enfrentam dificuldades por questionarem as estruturas do capitalismo, as quais se referem as mulheres como um sujeito social homogêneo, sem levar em conta as diferenças e dificuldades enfrentadas por mulheres de diferentes raças e classes sociais (Vergès, 2021).

Certamente, a estratégia adotada para realização de campanhas direcionadas a datas como o Dia Internacional dos Direitos da Mulher, em 8 de março, ou no Dia da Descriminalização do Aborto, em 28 de setembro, por exemplo, demonstram a existência de atividades da Rede que relembram o passado do movimento feminista e alertam para algumas das demandas atuais, em oposição as injustiças sociais e a favor de discussões sobre a autonomia das mulheres (RSMLAC, 2022). Celebrar o que foi conquistado e direcionar a atenção para desigualdades que permanecem por meio de datas como estas é também uma forma de recordar que em momentos de luta, dor e sangue, também se manteve vivo o compromisso de mudança perante cada injustiça.

Sendo assim, analisamos as iniciativas da Universidade Itinerante e Escola Feminista levando em conta os conceitos de educação popular feminista trazidos principalmente pela autora Claudia Korol (2007). Os elementos de análise se encontram na dialogicidade, interseccionalidade, questionamentos, críticas aos padrões de homogeneidade, tendo em conta vivências com o objetivo de superar as desigualdades e opressões.

Sob essa lógica, identificamos como uma prática decolonial pedagógica feminista, a Universidade Itinerante, uma das principais contribuições da Rede, que utiliza a pedagogia feminista em prol da liberdade e como ferramenta decolonial, especialmente no tocante ao cuidado com as realidades em que o projeto tocaria, uma vez que para cada contexto ocorreria uma revisão do projeto e adequação dos módulos para incorporação às particularidades da vivência de cada participante (Vivaldi, 2003). Ainda dentro desse olhar adaptado a cada realidade, a iniciativa teve a sensibilidade de abertura de oportunidades para

pessoas de zonas afastadas dos centros urbanos, sendo o espaço para coletividades muitas vezes deixadas de lado na formulação de ações.

A aspiração a essas diretrizes citadas anteriormente, contribuiu de forma direta para o trabalho realizado pelas organizações da Rede na linha do fortalecimento de suas próprias capacidades para a elaboração de planos estratégicos e projetos. Dessa forma, observa-se que é possível considerar as diferentes realidades, vivências e saberes na metodologia de ações que contemplam um leque de organizações e grupos de mulheres, como foi o caso da Universidade Itinerante.

Ao trazer o olhar para a Escola Feminista, é importante destacar que a atuação dessa iniciativa vai ao encontro da necessidade de decolonizar os processos de formação e diversificar os métodos de aprendizagem estabelecidos através da colonização, priorizando a experiência das mulheres participantes e enxergando também como esse processo influencia na construção de estratégias de incidência no campo dos DSDR. Esta iniciativa incluiu em sua centralidade o objetivo de incentivar e qualificar as participantes, as quais se encontraram em um cenário marcado pelo conservadorismo e pelo período pandêmico (RSMLAC, 2022).

Este conocimiento adquirido no está depositado solo en documentos, sino en la experiencia de muchas mujeres que han tejido esta historia (muchas de ellas han sido invitadas como maestras de este curso: un proceso formativo que tiene como propósito incrementar y cualificar los conocimientos y herramientas con que cuentan las mujeres en torno a la defensa de sus derechos humanos, especialmente, de la salud y los derechos sexuales y reproductivos para contrarrestar un contexto adverso marcado por el avance de las fuerzas fundamentalistas, la Pandemia por el Covid-19 y el modelo económico que empobrece a las mujeres y debilita el sistema de salud (RSMLAC, s.d.)¹².

Notamos no objetivo de conexão e integração da RSMLAC, por meio da Escola Feminista, a atenção voltada para o funcionamento da coletividade. As organizadoras tiveram a atenção de construir os conteúdos de forma que as participantes pudessem aproveitar as atividades da melhor forma possível conforme suas realidades pessoais (RSMLAC, 2022).

¹² Este conhecimento adquirido não é depositado apenas em documentos, mas na experiência de muitas mulheres que teceram esta história (muitas delas foram convidadas como professoras deste curso: um processo de treinamento que visa aumentar e qualificar os conhecimentos e ferramentas que as mulheres têm em torno da defesa de seus direitos humanos, especialmente a saúde sexual e reprodutiva e os direitos para contrariar um contexto adverso marcado pelo avanço das forças fundamentalistas, a pandemia de Covid-19 e o modelo econômico que empobrece as mulheres e enfraquece o sistema de saúde) (RSMLAC, s.d., tradução nossa).

Encontramos nesse programa o incentivo à qualificação junto ao reconhecimento da interseccionalidade na região abrangida pelo projeto, uma vez que considera as realidades de cada integrante do processo, dessa forma trazendo assim, uma multiplicidade de saberes.

Este conjunto de elementos impulsionados por este projeto faz parte do que entendemos como prática decolonial na pedagogia feminista, contribuindo para a desconstrução da colonização da linguagem e do aprendizado. Através disso, a Escola Feminista propõe que as participantes elaborem estratégias aplicáveis de acordo com suas vivências, a fim de facilitar o conhecimento e reforçar a busca pela implementação das agendas globais e locais de DSDR (RSMLAC, 2022).

Assim, é fundamental entender diferentes formas de pensar e viver a decolonialidade, principalmente no cotidiano da região em sua totalidade e, ao mesmo tempo, no dia a dia de mulheres que são afetadas pela ausência da garantia de seus direitos. Portanto, a ação da Rede se conecta com tais elementos por incentivar, principalmente, o diálogo e a troca de experiências e fortalecer um processo contínuo em defesa dos DSDR. Iniciativas como essas, reforçam a esperança e devem receber destaque, uma vez que se efetivadas, suas propostas desafiam as hierarquias de poder e desestabilizam as estruturas de colonização ao construir novos moldes de políticas públicas e emancipação da população da região, que, por muito tempo e ainda atualmente, têm vulnerabilidades e não possui a totalidade de seus direitos garantidos.

É significativo destacar o trabalho da RSMLAC, na qual sua criação motivou e desafiou muitas das mulheres, grupos e organizações que assumiram essa iniciativa como uma possibilidade de reforçar uma identidade transnacional que elas mesmas criaram (Quisbert, 2018). Por meio de um compromisso assumido pelo movimento de mulheres, houve o avanço nas discussões sobre garantias dos direitos, mesmo em meio às dificuldades encontradas ao tratar dos DSDR em ambientes de tomada de decisão e transformação social, isto é, em contextos que historicamente foram e ainda nos são dificultadas ou negadas a presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado ao longo do nosso estudo, colocar os conceitos de decolonialidade e os aspectos da educação popular feminista em prática é fundamental para uma transformação mais efetiva das realidades marginalizadas da América Latina, principalmente em um contexto de ausência de garantia dos DSDR à população, buscando, assim, reverter a estrutura nociva colonial que perdura por gerações, contestar as desigualdades e desnaturalizar as opressões, que permeiam as dimensões de gênero, classe e raça.

Como escreve Maso e Mendoza, na perspectiva dos feminismos populares “não existe um sujeito único que englobe a diversidade de experiências vivenciadas em nossos territórios latino-americanos” (Maso, Mendoza, 2021: 174). Dentro dessa concepção, é necessário entender que a importância de uma pluralidade de universos na construção e efetivação do feminismo latino-americano enriquece a experiência de cada uma das pessoas participantes do processo que, a partir do afeto e da solidariedade, por exemplo, poderão ter um aprendizado e uma emancipação mais efetivos.

Portanto, considerar a forma de pensar das questões de gênero e educação em prol dos DSDR do Sul Global como uma das múltiplas configurações do movimento de mulheres é a continuação de uma ampla trajetória das lutas de emancipação de mulheres latino-americanas. Em meio a uma conjuntura que se caracteriza pela manutenção do conservadorismo, é um desafio trazer diálogos acerca dos DSDR nas diferentes esferas sociais. A partir desta questão, podemos observar que as organizações da sociedade civil colaboram fortemente para a transformação dessa sistemática.

Esta pesquisa, através do estímulo de contribuir para o debate global acerca da Agenda dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e para ampliar as possibilidades no campo teórico das Relações Internacionais, procurou trazer caminhos a partir da experiência latino-americana da RSMLAC com as abordagens feministas apresentadas, as quais podem ser utilizadas como modelos passíveis de transformação para serem aplicadas em diferentes regionalidades.

Dessa forma, pensar nas características conceituais da decolonialidade, definições de DSDR e elementos da pedagogia feminista nos permitiu entender melhor as iniciativas feministas

de educação popular na RSMLAC, ampliando o escopo de análise das práticas decoloniais dentro da garantia dos DSDR que proporcionam um maior afastamento das raízes colonialistas estruturadas.

A presente pesquisa buscou fugir dos moldes de uma lógica positivista e da moral conservadora que a área acadêmica ainda carrega. Ao mesmo tempo, buscamos desconstruir nossas preconceções fundamentando-se fora dos centros, olhando para as experiências vividas por mulheres e seus movimentos que também constroem a ideia da experiência latino-americana, imersa em desafios e sem reconhecimento todos os dias de suas capacidades.

Diante do exposto, gostaríamos de ressaltar que apesar dos desafios encontrados, permaneceremos com o nosso desejo de transformação. Como afirma a feminista comunitária guatemalteca, Lorena Cabnal (2020 *apud* OPLAS, 2020, s.p.), “recuperar a alegria sem perder a indignação é um ato emancipatório e vital”.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, M. B. 2003. “Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde”. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2003, v. 19, n. 2, pp. 465–469.
- BIANCO, M.; RE, M. I. 2016. Nuestro camino en la defensa de los derechos sexuales y reproductivos. Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, RSMLAC.
- CORRÊA, S.; PETCHESKY, R. 1996. “Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista”. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 1996, v. 6, n. 1-2, pp. 147–177.
- CURIEL, O. 2008. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2008. pp. 140-161.
- ISQUIERDO, L. B. 2015. “Pensando o gênero nas relações internacionais”. Apresentado no II Workshop de pesquisa em relações internacionais da UFPR, Paraná.
- KOROL, C. 2007. Hacia una pedagogia feminista: Géneros y educación popular. 1. ed. Buenos Aires: América Libre.
- LANDER, E. (Org.). 2005. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2022.

LUGONES, M. 2008. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2008. pp. 59-93.

MASO, T. F.; MENDOZA, N. G. 2021. Educação Popular Feminista: um sonho, uma luta e um ato político. Cem anos de Paulo Freire: um projeto de esperança, São Paulo, v. 1, ed. 2, pp. 158-181.

MIGNOLO, W.. 2007. La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. 1 ed. Barcelona: Gedisa Editorial.

MIRO, Mira que te. 2022. Página inicial: Acerca de, c2022. Mira que te Miro. Disponível em <<https://miraquetemiro.org/>>. Acesso em: 5 de ago. 2022.

OBSERVADSDR. 2021. Observatorio de Derechos Sexuales y Derechos Reproductivos de El Salvador. 2021. El Salvador, 2021. Disponível em: <<https://observadsdr.org/conceptos/>>. Acesso em: 8 abr. 2022.

ONU MULHERES. 2013. Conferências Mundiais da Mulher. ONU Mulheres Brasil, s.d. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>>. Acesso em: 16 set. 2022.

OPLAS. 2020. Lorena Cabnal: Recupero la Alegría sin Perder la Indignación, como un Acto Emancipatorio y Vital. Disponível em: <<https://oplas.org/sitio/2020/03/04/lorena-cabnal-recupero-la-alegria-sin-perder-la-indignacion-como-un-acto-emancipatorio-y-vital/>>. Acesso em: 9 nov. 2022

QUIJANO, A. 2005. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y America latina”. In: LANDER, E. (Org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos CLACSO, Buenos Aires, 2005. pp. 107-130.

QUISBERT, M. C. 2018. La acción colectiva transnacional feminista de la Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe: Politización de los Derechos Sexuales y Reproductivos. 2018. Mestrado (Investigación en Ciencias Sociales con mención en Género y Desarrollo) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Equador.

RSMLAC. Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe. 2022. Nuestra Historia. Disponível em: <<https://reddesalud.org/es/nuestra-historia>>. Acesso em: 22 maio 2022.

RSMLAC. 2022. Boletín informativo de la Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe, RSMLAC. Escuela Feminista RSMLAC. Disponível em: <<https://www.reddesalud.org/esb/boletines/boletin?numb=33&pl=20>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

RIBEIRO, M. 2020. Reprolatina. Educação integral em sexualidade: Um guia para a sua realização. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LdQBvfgx2Nu0iMObO1JZE4jcEhv7j3rw/view>. Acesso em: 07/11/2022.

ROSA, G. R. 2019. Pedagogias populares feministas latino-americanas: legados feministas para a educação popular. In: SILVA, M. A.; ROSA, G. R. (Org.). Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas. Curitiba: Brazil Publishing, 2019, pp. 94-117.

UNESCO. 2019. Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências (2ª. ed.). Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

UNFPA. 2022. Consenso de Montevideú. UNFPA Brasil. 2022. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/consenso-de-montevideu>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

VERGÈS, F. 2021. A Decolonial Feminism. London: Pluto Press.

VIVALDI, M. I. M. 2003. Genero en la formación de recursos humanos de salud. desafio no resuelto. Cuadern CAPS, n. 31, p. 6-9, 2003. Disponível em: <https://www.caps.cat/images/stories/2.31matamala2.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

XAVIER, A. K.; ROSATO, C. M. 2016. Mulheres e Direitos: Saúde sexual e reprodutiva a partir das Conferências da ONU. Revista Ártemis [online]. João Pessoa, 2016, vol. 21, ed. 1, pp. 116-130.